



GT 72. Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistências e desafios antropológicos

Coordenador(es):

Raquel Mombelli (NEPI)

Cintia Beatriz Muller (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A presente proposta é um convite do Comitê Quilombos ao debate crítico e avaliativo acerca da atuação dos agentes e instituições do Estado brasileiro que se seguiram a promulgação da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito a regularização dos territórios das comunidades dos quilombos e de reconhecimento sociocultural, inclusão sociopolítica e de promoção da igualdade racial. Propõe-se analisar os retrocessos da política de demarcação e regularização das terras de quilombo e as implicações de sua atual paralisação promovida pelo atual Governo Federal, aos direitos quilombolas e à democracia étnico racial no país. Pretende-se ainda estimular a produção de três tipos de análise: 1º) o debate do ponto de vista dos quilombolas sobre suas lutas por direitos ao território, ao patrimônio cultural e às políticas públicas; 2º) a análise dos conflitos socioambientais deflagrados por grandes projetos nos territórios quilombolas; 3º) Avaliações críticas dos avanços a partir dos instrumentos legais e marcos regulatórios voltados à garantia dos direitos;

De ?neguinha do Riacho? a ?Quilombola?: redes, dinâmicas e estratégias de luta por direitos a partir da cultura no Quilombo Riacho dos Negros no Piauí.

Autoria: Ariane Couto Costa (zanettini Arqueologia)

Numa cidade cujo mito fundador versa sobre a incompatibilidade de ocupação territorial por negros e brancos, as comunidades negras que formam o Quilombo Riacho dos Negros, em São João do Piauí, agenciam essa segregação em seu favor, como forma de manter seus arranjos sociais e modos de vida, marcadamente rurais, que possibilitam ainda a continuidade de práticas culturais através de gerações. Através de uma solicitação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), três práticas culturais locais das comunidades, entendidas pelo órgão como ?Bens Culturais?, foram objeto de ?documentação? etnográfica por nossa equipe: A Capoeira, os Batuques e os Terreiros. Realizadas por diversos grupos nas comunidades quilombolas do Território, essas práticas tanto os marcam racialmente como os ?negros do Riacho?, produzindo desigualdade; quanto se tornam armas de luta para a construção da identidade Quilombola que foi necessária ao reconhecimento do TQ. São estratégias de luta impulsionadas por outro mestre Quilombola, Antônio Bispo dos Santos, que passam a ser agenciadas pelos locais das mais diversas formas. O que pretendemos discutir neste artigo é como as lideranças relacionadas a esses três ?Bens Culturais?, manejando as categorias jurídicas de ?cultura? e a própria categoria ?negro?, se articulam em redes entre si, criando dinâmicas; como elas buscam estratégias de diálogo e reivindicação por território, por direitos básicos e por seu direito cultural à fruição de suas práticas.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: